

Ami 2

Risco fatal

27 OUT 1987

O ministro Aureliano Chaves e o senador Jarbas Passarinho, de reconhecida integridade política, afirmaram, há dias, que vivemos o parlamentarismo na vigência do presidencialismo. Passarinho acrescentou, com ironia, que não há um primeiro-ministro responsável pelo Governo. E o senador Mário Covas observou que o Ministério do Presidente Sarney parece sempre provisório.

Apesar das diferenças políticas, encontram-se, os três, na convicção democrática, caracterizada, no momento, pela necessidade de assegurar a transição. Diferem um pouco nessa questão. Aureliano, decisivo para a eleição de Tancredo Neves, quer manter Sarney com medo de que a desestabilização do Governo afete a democratização. Covas espera concretizá-la através das diretas em 88, tese que Passarinho começa a aceitar em consequência do fracasso do Governo e das primeiras manifestações do inconformismo popular.

As análises coincidem, ainda que não expressamente, na inviabilidade da situação atual em que o presidente da República está, sem qualquer dúvida, manietado pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, primeiro-ministro de fato, mas não de direito, o que lhe tira, na prática, a culpa pelo desgoverno. Esse parlamentarismo-presidencialista desengonçado, desacreditado, acabou com a po-

pularidade do presidente da República, prejudicou a imagem dos políticos e paralisou a administração.

O Ministério parece sempre provisório, como disse Covas, porque não tem consistência nem rumo. A falha não é dos ministros, alguns de alto nível, como Paulo Brossard, o próprio Aureliano, Ronaldo Costa Couto e Bresser Pereira, mas da inexistência de quem comande o Governo. O Presidente não o faz e o primeiro-ministro não tem poderes. O Ministério não é valorizado, não é respeitado, não é dignificado e, por isso, parece provisório. Não é que porque o Governo esteja sempre a proclamar nova reforma para aliciar adesistas e vaidosos.

A impressão generalizada é de que o ministério resultou, sempre, do conflito de posições entre o primeiro-ministro todopoderoso e o Presidente que procura incomodá-lo. O que o cidadão lê nos jornais é que o ministro V foi imposto por Z, mas em compensação o grupo X ficou com o ministério Y. Uma mixórdia que desacredita a administração e desmoraliza previamente o ministério.

Esse sistema irresponsável levará o País à ingovernabilidade, que, pela teoria política clássica, será seguida por outro período autoritário. Para evitar isso, a Constituinte terá de decidir entre parlamentarismo logo e eleições diretas já para presidente da República. Retardar a decisão poderá ser fatal.